

Os bancos divergem

por Paulo Sotero
de Washington

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, que retoma hoje em Nova York as conversações com vistas à renegociação de cerca de metade da dívida externa brasileira, encontrará seus interlocutores do comitê de bancos credores divididos quanto à viabilidade de se definir o acordo nesta semana.

Antes de se reunir com os banqueiros, contudo, Pastore irá a Washington, pela manhã. Na capital americana ele se avistará com Paul Volcker, presidente da Junta da Reserva Federal, o banco central americano.

Pastore terá ainda um encontro no escritório do Comptroller of the Currency, subordinado ao Departamento do Tesouro, onde deverá fazer um relato sobre as medidas que o go-

verno brasileiro tomará para contornar o problema de "exposure excessiva" — além dos 10% do capital, por devedor, permitidos pelos regulamentos —, que a renegociação plurianual da dívida representa para vários bancos americanos. O problema surgiu pelo fato de a dívida brasileira ser toda consolidada através do Banco Central, que atua como devedor único.

De volta a Nova York, à tarde, Pastore enfrentará um comitê de bancos dividido em duas tendências. A seu favor, ele encontrará, segundo uma fonte bancária com acesso ao comitê, uma parte dos banqueiros disposta a fechar o acordo nesta semana, a qualquer custo.

Este grupo de banqueiros teme, segundo a fonte, que, se o acordo não for concluído até esta quarta ou quinta-feira, existe o risco de as negociações serem suspensas até a tomada de

posse do novo governo. Se isso acontecer, dizem eles, a discussão da dívida se politizará e poderá levar meses para que se chegue a um novo acordo, o que resultaria num acúmulo de pagamentos em atraso e criaria uma atmosfera de crise indesejável.

Entre estes banqueiros, disse a fonte, tiveram impacto as recomendações sobre capitalização parcial de juros contida no documento da Comissão do Plano de Ação do Governo (Copag), entregue ao presidente eleito Tancredo Neves, na semana passada. Outras sugestões alternativas para o encaminhamento do problema da dívida, como as aventadas durante uma conferência promovida pelo ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, no mês passado, foram igualmente mencionadas durante a reunião como exemplo do tipo de risco que os credores passarão a enfrentar caso o pacote não seja fechado já.

Entre os banqueiros que pensam assim, a ansiedade em fechar o pacote o mais rapidamente possível parece ser tal que alguns deles estariam dispostos mesmo a fazer a concessão de 0,125% que o Brasil pede no "spread", a taxa de risco cobrada pela renegociação, informou a fonte. "Eles dizem que seria preferível fazer essa concessão, que na realidade coloca o Brasil um fio de cabelo acima do 'spread' médio de 1,125% concedido ao México."

Uma parte substancial do comitê, contudo, continua a defender uma posição dura. Os integrantes deste grupo acreditam que os bancos já foram o mais longe que poderiam ir na concessão de redução de "spread" ao Brasil, e 1,25%, como média, é o me-

nor preço que podem oferecer.

Estes banqueiros sustentam que, historicamente, o Brasil sempre pagou "spreads" maiores que os mexicanos e, por isso, não lhe deve ser concedida a mesma taxa média de 1,125% sobre a Libor negociada com o governo do presidente da Madrid, no ano passado. Reduzir a este nível o "spread" da dívida brasileira representaria, de acordo com esta corrente de banqueiros, uma perda

(Continua na página 14)

Um dos integrantes da comissão econômica que assessorou o presidente eleito Tancredo Neves disse ontem ao editor José Casado, em São Paulo, ter recebido "manifestações claras" de desagrado de parte do comitê de bancos credores do País quanto à ideia da comissão de se promover uma capitalização parcial dos juros da dívida externa. O comitê, no entanto, estaria dividido, segundo essa fonte, pois outros bancos mostraram-se receptivos à proposta.

(Ver página 3)

Sindai B&T

Os bancos divergem

por Paulo Sotero

de Washington

(Continuação da 1ª página)

excessiva nos lucros dos bancos.

Além disso, afirmam eles, existe uma outra forte razão para não se dispensar aos brasileiros o mesmo tratamento dado aos mexicanos: o Brasil não tem implementado com o rigor necessário, como faz o México, o programa de ajustamento econômico prescrito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Dois de seus argumentos: a inflação mexicana de 1984 foi de 59%. E a do mês de dezembro ficou em 4,2%.

A posição dos banqueiros menos dispostos a fazer concessões no "spread" foi reforçada, na reunião de ontem, pelo relato carregado de más notícias que foi apresentado ao comitê pelo presidente do subcomitê de economia, Douglas Smee. Smee, que retornou de Brasília no fim de semana, informou que a inflação se está acelerando, a expansão da base monetária, que deveria ser inicialmente de 50% e depois foi revizada para 95%, explodiu em 248%.

Smee, que é funcionário do Bank of Montreal, pre-

viu que o País não cumprirá, no trimestre encerrado em 31 de dezembro, "uma ou mais" das metas previstas no programa com o FMI. Uma missão do Fundo, informou ele, irá a Brasília nas próximas semanas para fazer uma avaliação a respeito.

Não se sabe quais bancos fazem parte de qual grupo. Parece certo, contudo, que o presidente do comitê, William Rhodes, não forma no time dos banqueiros mais flexíveis. A posição de Rhodes é complicada pelo fato de ele presidir, igualmente, o comitê de renegociação da dívida do México. "Por isso", disse a este jornal uma fonte bancária de Nova York, "a posição de Rhodes tem de ser, no mínimo, de neutralidade. No momento em que o (o ministro da Fazenda do México Jesus Silva) Herzog receber a notícia de que o Brasil obteve as mesmas condições do México, ele ligará para o Rhodes para reclamar."

A divisão do Comitê revela que Pastore inicia esta nova rodada das negociações numa posição relativamente forte. Ela não significa, contudo, que a conclusão do acordo deva ser cantada por antecipação.

Uma fonte do FMI, ouvida ontem por este jornal, previu, por exemplo, que "o acordo ficará 90% pronto nesta semana, mas poderá ficar dependendo de alguma tecnicidade". Esta tecnicidade, segundo a fonte, poderia ser a implementação, pelo Brasil, das medidas necessárias para contornar o problema da "exposure" excessiva dos bancos americanos, um obstáculo que, segundo Pastore, já teria sido superado.

A hipótese oposta, de o acordo ser definido por Pastore, não significa, conforme com uma fonte bancária, que "o negócio esteja feito". Segundo a fonte, "o fechamento do pacote acertado com Pastore ficará dependendo de dois outros elementos. E nesse particular, não há divisão entre os bancos." O primeiro é "uma declaração explícita" de Tancredo Neves, de que seu governo honrará o acordo. O segundo, é uma carta do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, ao comitê de bancos, informando "que o Brasil está cumprindo o programa de ajustamento, ou que não está cumprindo mas voltará logo a fazê-lo".